

A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM OLHAR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS¹

PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO*, MONICA ZAIDAN GOMES,
JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

*prylopes15@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é descrever como as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Minas Gerais que ofertam cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis respondem aos requisitos normativos relacionados à sustentabilidade, com base em seus documentos institucionais. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa. A identificação dos cursos foi realizada por meio de consultas ao site do Ministério da Educação (MEC), sendo encontrados dez cursos distribuídos em sete IFES. Os dados foram coletados dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), no período de junho a agosto de 2023. Ao todo, foram identificadas 95 disciplinas relacionadas à temática da sustentabilidade, considerando todas as ofertadas nos diferentes campi. Para fins de análise, as disciplinas foram organizadas em três blocos: (1) disciplinas com denominação relacionada à sustentabilidade; (2) disciplinas cujas ementas contemplam conteúdos relativos ao tema; e (3) disciplinas pertencentes ao grupo de extensão. No Bloco 1, das 53 disciplinas identificadas, 40 são eletivas ou optativas. No Bloco 2, das 33 disciplinas encontradas, 16 possuem caráter eletivo ou optativo. Já o Bloco 3 é composto por nove disciplinas, das quais três são eletivas e seis obrigatórias. A identificação de 33 disciplinas de caráter geral que abordam temas relacionados à sustentabilidade em suas ementas sinaliza a existência de uma abordagem interdisciplinar sobre essa temática. Entretanto, entende-se que disciplinas como Ética e Contabilidade Ambiental ou Contabilidade Socioambiental são centrais para a formação do contador contemporâneo e deveriam integrar o núcleo obrigatório da matriz curricular, situação verificada apenas na Universidade Federal de São João del-Rei. Esses resultados evidenciam que ainda persistem lacunas significativas na formação dos futuros profissionais da contabilidade, especialmente diante da urgência de promover mudanças no atual modelo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação para a Sustentabilidade; Sustentabilidade; Ciências Contábeis.

SUSTAINABILITY IN ON-CAMPUS UNDERGRADUATE ACCOUNTING PROGRAMS: A LOOK AT FEDERAL UNIVERSITIES IN MINAS GERAIS

The objective of this study is to describe how the Federal Institutions of Higher Education (IFES) in Minas Gerais, which offer on-campus undergraduate courses in Accounting Sciences, respond to the

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

normative requirements of sustainability, based on their institutional documents. Using a qualitative approach and documentary research, through consultations carried out on the MEC (Ministry of Education) website, ten courses from seven IFES were identified. Data were collected from the Institutional Development Plans and the Political-Pedagogical Projects, from June to August 2023. Ninety-five subjects related to the theme were found, including all those offered on each campus. For analysis, the subjects were divided into three blocks: (1) Subjects with names related to sustainability, (2) Subjects with content related to the theme in their syllabi, and (3) Subjects from the extension group. In Block 1, 40 are elective or optional out of a total of 53 subjects offered. Block 2 has 16 elective or optional courses out of a total of 33 offered. Block 3 has only three electives and six mandatory courses. The presence of 33 generic courses that address sustainability topics in their syllabi suggests an interdisciplinary approach to this theme. However, it is understood that the subjects of 'ethics' and 'environmental or socio-environmental accounting' are central to the training of current professionals and should be mandatory, which is only the case at the Federal University of São João del-Rei. This demonstrates that there are still significant gaps in the training of accountants at the present time, when adjustments to the development model are so urgent.

Keywords: Education for Sustainability; Sustainability; Accounting Sciences.

1. INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) cumprem um papel essencial no incentivo e na propagação da sustentabilidade por meio do conhecimento e das competências que transmitem aos estudantes (Nham et al., 2025).

Trata-se de um movimento necessário, considerando o estágio de degradação ambiental em que o planeta se encontra. Estudo recente apontou que sete dos nove limites planetários já foram ultrapassados, a saber: poluição química, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudança no uso do solo, perda de biodiversidade, mudanças climáticas e ciclos do nitrogênio e do fósforo. Destes, os três últimos encontram-se em uma zona de alto risco. Os dois processos que ainda permanecem dentro dos limites são a redução da camada de ozônio e a carga de aerossóis atmosféricos (PBScience, 2025).

Em razão desse cenário, Marques (2023) destaca que a humanidade vive um decênio decisivo, diante da existência de processos retroalimentadores de comportamento não linear, nos quais a omissão no presente exigirá, em curto prazo, ações mais radicais e menos eficazes no futuro.

Nesse contexto, diversos documentos, normas e agendas foram elaborados para orientar a educação para a sustentabilidade. Entre eles destacam-se o documento resultante das propostas para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) (UNESCO, 2005) e o *Education 2030 Framework for Action*, decorrente da Agenda de Educação Global 2030 (UNESCO, 2021).

No Brasil, foi criada, em 1999, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), aplicável também às IES (Leite et al., 2023). Entre os principais instrumentos normativos destacam-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambien-

tal, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, bem como a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Especificamente na área de negócios, destacam-se os Princípios para Educação Executiva Responsável (*Principles for Responsible Management Education – PRME*) (United Nations Global Compact, 2021) e a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Essa resolução determina que o curso deve assegurar condições para que o estudante compreenda, entre outros aspectos, as questões sociais e ambientais.

A educação para a sustentabilidade tem adquirido crescente relevância nos cursos de negócios, diante da necessidade de formar profissionais capazes de tomar decisões considerando também as questões ambientais (Isenmann et al., 2020). Entretanto, faz-se necessária a revisão dos currículos desses cursos para assegurar que a educação contábil contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável (Nnam et al., 2025).

Cabe destacar que, em 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) publicou as normas IFRS S1 e IFRS S2, que estabelecem, respectivamente, os requisitos para divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e as divulgações específicas sobre o clima (IFRS, 2023a, 2023b).

Fianko et al. (2025) apontam que economias emergentes, como a brasileira, reconhecem a importância dessas normas, porém enfrentam dificuldades para operacionalizá-las. Entre os principais desafios estão as disparidades regionais na infraestrutura de elaboração de relatórios, a ausência de sistemas padronizados de fiscalização e a necessidade de fortalecimento da supervisão regulatória. Esses fatores indicam que a implementação bem-sucedida dessas normas depende do aprimoramento das capacidades de aprendizagem organizacional (Fianko et al., 2025).

Nesse sentido, as IES devem incorporar a elaboração de relatórios de sustentabilidade aos seus currículos, não apenas sob uma perspectiva teórica, mas também por meio do ensino de sua aplicação prática (Fianko et al., 2025). Observa-se, assim, que ainda são necessários avanços para adequar a formação dos profissionais contábeis às exigências da sustentabilidade.

Diversos estudos têm abordado a inserção da educação para a sustentabilidade nos cursos de negócios, como os de Cho e Costa (2024), Tridapalli e Elliott (2024), Abdou e Ammar (2025) e Correa et al. (2025). De modo geral, essas pesquisas evidenciam a importância da inclusão de conteúdos relacionados à sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis e da revisão de seus currículos, em razão das crescentes demandas socioambientais impostas ao exercício da profissão contábil.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo descrever como as Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais que ofertam cursos presenciais de graduação

em Ciências Contábeis respondem aos requisitos normativos relacionados à sustentabilidade, com base em seus documentos institucionais.

Destaca-se que o conceito de sustentabilidade adotado neste estudo fundamenta-se na integração das dimensões econômica, social e ambiental, em consonância com Barrett e Duns (2022), que defendem a perspectiva da ecologia integral proposta pelo Papa Francisco na carta encíclica *Laudato Si'*. A ecologia integral constitui uma forma de compreender as relações entre os seres humanos e o meio em que vivem, reconhecendo que tudo está interligado.

A realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de que os temas ambientais ainda recebem pouca atenção nas publicações dos periódicos brasileiros da área de Ciências Contábeis, conforme evidenciado por Braga et al. (2023).

A principal contribuição deste estudo consiste em aprofundar a discussão sobre a necessidade de priorizar o ensino da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis. Além disso, seus resultados podem subsidiar gestores de IES e formuladores de políticas educacionais na revisão dos currículos desses cursos, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação contábil e para sua convergência com as demandas socioambientais contemporâneas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marcos normativos sobre sustentabilidade que tange às Instituições de Ensino Superior

No âmbito do sistema educacional, diversos documentos e instrumentos normativos relacionados à sustentabilidade foram elaborados nas últimas décadas. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), iniciativa que resultou em um documento orientador contendo diretrizes para as ações a serem desenvolvidas pelos países, de acordo com seus respectivos contextos (UNESCO, 2005).

Após a DEDS, foi lançada, em 2015, a Agenda de Educação Global 2030, liderada pela UNESCO (UNESCO, 2021). Essa iniciativa deu origem ao *Education 2030 Framework for Action*, documento que estabelece um roteiro para a implementação das metas educacionais propostas. A Agenda de Educação Global 2030 integra a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. No âmbito educacional, destaca-se o ODS 4, cujo propósito é assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (UNESCO, 2021).

No Brasil, destaca-se a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa voluntário instituído pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente,

em 1999. A A3P aplica-se às instituições públicas de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, incentivando a incorporação de práticas sustentáveis na gestão pública (Leite et al., 2023).

Além disso, a educação ambiental é orientada por importantes instrumentos legais. Entre eles, destaca-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece seus princípios, objetivos e diretrizes. A referida legislação reforça o caráter interdisciplinar da educação para a sustentabilidade.

No campo específico da gestão e da contabilidade, foram elaborados, em 2006, os *Principles for Responsible Management Education* (PRME), propostos pelos signatários acadêmicos do Pacto Global das Nações Unidas (United Nations Global Compact, 2021). Os PRME têm como missão transformar o ensino e a pesquisa na área de negócios em âmbito mundial, promovendo maior conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e contribuindo para a formação de líderes comprometidos com a responsabilidade socioambiental (United Nations Global Compact, 2021). Seus princípios evidenciam o compromisso das Instituições de Ensino Superior com a incorporação da sustentabilidade na formação acadêmica e na relação com o mercado.

Mais recentemente, foi publicada a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. A resolução determina que os cursos assegurem a formação do estudante também quanto às dimensões sociais e ambientais da atuação profissional, em consonância com a perspectiva da sustentabilidade fundamentada no *Triple Bottom Line* (TBL), composto pelas dimensões econômica, social e ambiental (Nascimento et al., 2025).

2.2 Educação para a sustentabilidade na área de negócios

A educação para a sustentabilidade tem se tornado cada vez mais necessária diante dos desafios ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea (Leal Filho, Trevisan, et al., 2025). Esse modelo educacional capacita os estudantes a compreender e enfrentar problemas complexos, desenvolvendo competências de caráter holístico e interdisciplinar. Sua implementação pode ocorrer por diferentes estratégias pedagógicas, como aulas expositivas, visitas técnicas, projetos práticos e outras metodologias de ensino (Leal Filho, Trevisan, et al., 2025).

Nesse contexto, a sustentabilidade também passou a ocupar posição de destaque nas escolas de negócios, considerando a necessidade de formar profissionais capazes de tomar decisões que contemplem não apenas aspectos econômicos, mas também questões ambientais e sociais (Isenmann et al., 2020).

Em um cenário marcado pelo fortalecimento das práticas relacionadas aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), a contabilidade vem sendo estimulada a evoluir de uma prática predominantemente voltada aos resultados financeiros para um

instrumento capaz de mensurar, controlar e divulgar os impactos socioambientais das organizações (Nascimento et al., 2025).

Apesar desse avanço, Ferreira et al. (2023) demonstraram que, ao analisar os currículos à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, observa-se maior ênfase na dimensão econômica em detrimento das dimensões ambiental e social.

Nnam et al. (2025) ressaltam a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis, de modo a assegurar que a formação contábil contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável. Nessa mesma direção, Leal Filho, Reis et al. (2025) argumentam que as Instituições de Ensino Superior desempenham papel decisivo na criação de currículos que integrem ensino e práticas voltadas à promoção de valores como colaboração, inclusão e responsabilidade socioambiental. Para esses autores, essa transformação educacional deve estar fundamentada na incorporação da responsabilidade social e ecológica como elementos estruturantes da formação profissional.

2.3 Estudos anteriores

Cho e Costa (2024) realizaram uma revisão da literatura com o objetivo de analisar o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando sua capacidade de formar estudantes de Contabilidade comprometidos com a sustentabilidade e de impulsionar transformações na sociedade. Os autores apontam duas direções para a expansão da educação para a sustentabilidade na área contábil. A primeira refere-se à necessidade urgente de reformulação dos currículos dos cursos de Contabilidade, conferindo maior ênfase aos sistemas ecológicos, aos valores e à ética empresarial. A segunda consiste na adoção de pedagogias construtivistas e inclusivas, capazes de promover mudanças mais profundas na formação dos estudantes. Em uma perspectiva curricular mais ampla, os autores defendem mudanças estruturais e sugerem que uma das formas mais eficazes de promover a transdisciplinaridade da sustentabilidade seria a criação de uma disciplina obrigatória com incorporação de conhecimentos de outras áreas, desvinculada dos conteúdos tradicionais da área de negócios e dedicada exclusivamente ao ensino da sustentabilidade.

Tridapalli e Elliott (2024) investigaram: (i) a intenção e o comportamento dos docentes em relação à incorporação da sustentabilidade em sala de aula; e (ii) a influência da atitude, do controle comportamental percebido e das normas subjetivas sobre esse comportamento. Os resultados revelaram que os docentes possuíam conhecimentos sobre sustentabilidade, além de demonstrarem experiências e predisposição favoráveis à sua inserção no ensino. A associação entre ética e sustentabilidade também emergiu como um dos principais temas discutidos nas entrevistas e nos grupos focais, sendo considerada por parte dos participantes como uma relação intrínseca. Os autores concluíram que os

docentes apresentam um nível satisfatório de compreensão acerca da sustentabilidade, indicando perspectivas promissoras para a adoção de novas estratégias de ensino.

Abdou e Ammar (2025) descreveram os métodos de aprendizagem ativa utilizados no desenvolvimento de um curso de negócios sustentáveis para estudantes de graduação e investigaram seus efeitos sobre o engajamento dos alunos em práticas de consumo sustentável. Os resultados demonstraram que os estudantes matriculados no curso apresentaram maior envolvimento com a sustentabilidade quando comparados aos que não participaram da disciplina, indicando que esse tipo de formação pode influenciar positivamente o comportamento sustentável dos estudantes.

Correa et al. (2025) analisaram como o ensino da sustentabilidade tem sido abordado nos cursos de Ciências Contábeis de uma universidade estadual. Para isso, examinaram os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), as matrizes curriculares e as ementas das disciplinas. Os resultados evidenciaram que conteúdos relacionados à sustentabilidade vêm sendo incorporados aos cursos, porém de forma ainda restrita.

3. METODOLOGIA

Considerando o objetivo desta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental. A população do estudo compreende as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que ofertam cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, enquanto a amostra foi composta pelas universidades federais do estado de Minas Gerais. A identificação dos cursos foi realizada por meio do portal do Ministério da Educação (Ministério da Educação [MEC], 2021), utilizando-se os seguintes filtros de busca: Buscar por: Curso de Graduação; Curso: Ciências Contábeis; UF: Minas Gerais; Gratuidade do curso: Sim; Modalidade: Presencial; e Situação: Em atividade. A aplicação desses critérios resultou em uma amostra composta por sete Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, em conjunto, ofertam dez cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis, conforme apresentado na Tabela 1.

Após a definição da amostra apresentada na Tabela 1, foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), as matrizes curriculares, os programas das disciplinas e suas respectivas ementas.

A coleta dos documentos foi realizada entre junho e agosto de 2023, por meio de duas estratégias complementares: consultas aos sites eletrônicos das IES e solicitação, via correio eletrônico, às secretarias ou coordenações dos cursos. Todos os documentos obtidos foram lidos integralmente.

Considerando a quantidade de informações disponíveis e as limitações observadas nos sites eletrônicos dos cursos, adotou-se como referência principal o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), por se tratar do documento institucional que formaliza a estrutura curricular dos cursos de graduação. Dessa forma, disciplinas disponibilizadas apenas nos

sítios eletrônicos das instituições, mas não constantes no PPC, não foram incluídas na análise, por não ser possível assegurar sua correspondência com a versão vigente do projeto pedagógico.

Tabela 1 Instituições de Ensino Superior selecionadas.

Estado	Campus	Sigla	IES
MG	Campus Juiz de Fora	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
MG	Campus Governador Valadares	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
MG	Campus Pampulha	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
MG	Campus Tancredo Neves	UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
MG	Campus Santa Mônica/Reitoria	UFU	Universidade Federal de Uberlândia
MG	Campus Pontal	UFU	Universidade Federal de Uberlândia
MG	Campus Viçosa	UFV	Universidade Federal de Viçosa
MG	Campus Rio Paranaíba	UFV	Universidade Federal de Viçosa
MG	Campus do Mucuri	UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
MG	Campus Varginha	UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos programas e às ementas das disciplinas, quando essas informações não estavam disponíveis no PPC, realizou-se consulta ao sítio eletrônico do respectivo curso. Entretanto, ementas cujos códigos das disciplinas divergiam daqueles constantes no PPC também foram desconsideradas, a fim de preservar a consistência da base documental analisada.

A seleção das disciplinas regulares e das vinculadas à extensão ocorreu em duas etapas. Inicialmente, foram identificadas as disciplinas cujos títulos continham termos relacionados à educação para a sustentabilidade, procedendo-se, em seguida, à análise de suas ementas. Posteriormente, foram examinadas as ementas de todas as demais disciplinas constantes no PPC. Sempre que eram identificados conteúdos relacionados à educação para a sustentabilidade, a disciplina era incluída na análise. As disciplinas de extensão ofertadas exclusivamente na modalidade de Educação a Distância (EaD) não foram consideradas, uma vez que o estudo se restringe aos cursos presenciais.

Ressalta-se que a curricularização da extensão nos cursos superiores de graduação passou a ser regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Contudo, parte dos PPC analisados foi elaborada anteriormente à publicação dessa resolução, razão pela qual alguns deles não contemplavam disciplinas de extensão.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e submetidos à análise de conteúdo, conforme os procedimentos propostos por Bardin (2011).

Como limitações, destaca-se que a pesquisa se restringe às Instituições Federais de Ensino Superior do estado de Minas Gerais, não sendo possível generalizar os resultados para outras instituições ou unidades da federação. Além disso, o estudo baseia-se exclusivamente em análise documental, não contemplando técnicas de observação ou coleta de dados empíricos que permitissem verificar a efetiva implementação das ações e práticas descritas nos documentos institucionais.

4. RESULTADOS

Conforme descrito na seção de metodologia, foram identificadas sete Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, em conjunto, ofertam dez cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis. A Tabela 2 apresenta o período de vigência dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) analisados.

Tabela 2 Período de vigência dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

IFES	Período de vigência
UFJF	2022-2027
UFMG	2018-2023
UFSJ	2019-2023
UFU	2022-2027
UFV	2018-2030
UFVJM	2017-2021
UNIFAL	2021-2025

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que o PDI da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), embora tenha sido elaborado para o período de 2017 a 2021, permaneceu vigente até 31 de dezembro de 2023, conforme informações disponibilizadas no sítio eletrônico da instituição. Na ocasião da coleta de dados, encontrava-se em elaboração um novo PDI para o período de 2024 a 2028.

No que se refere ao perfil institucional, todas as IFES apresentaram sua missão, visão, valores e princípios. Em síntese, observou-se que as instituições buscam promover a educação para a sustentabilidade, adotando princípios, valores e objetivos compatíveis com aqueles estabelecidos na Lei nº 9.795 (1999) e na Resolução CNE/CP nº 2 (2012).

Os perfis institucionais também se mostram alinhados às diretrizes da UNESCO (2005), uma vez que evidenciam valores fundamentados no respeito às pessoas, às suas necessidades e ao meio ambiente, além de contemplarem uma perspectiva holística e interdisciplinar, o incentivo ao pensamento crítico e a atenção às demandas da comunidade

local. Esses elementos estão refletidos na missão, na visão, nos valores, nos objetivos, nos processos e nas estratégias institucionais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto às convergências identificadas nos PDI, verificou-se que todas as instituições abordam a educação para a sustentabilidade nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

No âmbito do ensino, todas evidenciam políticas voltadas à promoção da igualdade social e da formação profissional humanizada e socialmente referenciada, comprometida com o combate às discriminações de gênero e raça.

No âmbito da pesquisa, todas apresentam diretrizes fundamentadas em princípios éticos para a produção e a divulgação do conhecimento científico, incentivando estudos sobre relações étnico-raciais, gênero, pessoas com deficiência, entre outras temáticas de interesse social.

No âmbito da extensão, todas destacam que as atividades extensionistas devem possuir relevância social, promovendo impacto e transformação social e contribuindo para o desenvolvimento social, regional e nacional. As IFES também enfatizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando fortalecer sua contribuição para uma sociedade mais justa e democrática.

Além disso, todas as instituições oferecem assistência estudantil e desenvolvem políticas afirmativas, por meio de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes. Também contemplam ações voltadas à infraestrutura e à acessibilidade, evidenciando investimentos na construção, reforma e adaptação de espaços físicos para promover a inclusão de estudantes com deficiência.

No que se refere à governança, todas as IFES afirmam pautar sua atuação pelos princípios da transparência, ética, responsabilidade, equidade e sustentabilidade. Da mesma forma, apresentam estratégias, objetivos, metas, ações e indicadores relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à inovação, à assistência estudantil, à sustentabilidade e à infraestrutura, contribuindo para a promoção da educação para a sustentabilidade.

Entre as instituições analisadas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) conferem maior destaque aos temas sustentabilidade e responsabilidade social, dedicando seções específicas a essas questões. Nelas, são apresentadas práticas e ações voltadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação ambiental, ao desenvolvimento humano e social, à inclusão social e digital, à saúde pública, ao tratamento e à reciclagem de resíduos, ao saneamento básico e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos, entre outras iniciativas.

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) destaca-se, por sua vez, pelos resultados alcançados em indicadores de impacto social e acadêmico, evidenciados por sua posição em rankings nacionais e internacionais.

Em relação aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) analisados, a Tabela 3 apresenta o ano das versões examinadas.

Tabela 3 Versão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) analisados.

IES		Versão do PPC
UFJF	Campus Juiz de Fora	2022
	Campus Governador Valadares	2022
UFMG	Campus Pampulha	2016
UFSJ	Campus Tancredo Neves	2015
UFU	Campus Santa Mônica	2022
	Campus Pontal	2022
UFV	Campus Viçosa	2022
	Campus Rio Paranaíba	2022
UFVJM	Campus do Mucuri	2019
UNIFAL	Campus Varginha	2018

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à justificativa dos PPC, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) registram, de forma ampla, que o ensino deve atender às demandas da comunidade e do mercado de trabalho, tanto regional quanto global, promovendo uma formação humanística que possibilite ao estudante atuar como sujeito social consciente de suas responsabilidades perante a sociedade.

Quanto à fundamentação legal dos PPC, os cursos da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF-GV), da UFSJ, da UFV – Campus Viçosa e Campus Rio Paranaíba e da UNIFAL contemplam a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Os PPC da UFJF-GV e da UNIFAL também adotam como referência a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Nenhum dos PPC analisados faz referência explícita aos *Principles for Responsible Management Education* (PRME). Entretanto, a maioria menciona as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis e outras normativas relacionadas à educação para a sustentabilidade, como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

No que se refere aos objetivos dos cursos de Ciências Contábeis, observa-se que as universidades federais mineiras buscam formar profissionais éticos, socialmente responsáveis, com visão humanística e capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o exercício da cidadania. Essa aproximação entre ética e profissão contábil também foi identificada por Tridapalli e Elliott (2024), reforçando a importância desses aspectos para a educação voltada à sustentabilidade.

Em relação às políticas de atendimento aos estudantes, todas as IFES federais mineiras dispõem de programas de assistência estudantil voltados ao acolhimento e à permanência dos discentes. Além disso, desenvolvem políticas de acessibilidade e inclusão destinadas a estudantes com deficiência.

De modo geral, a análise dos PPC das IFES mineiras indica que, embora os documentos não façam referência explícita aos PRME, seus princípios encontram-se implicitamente contemplados nas diretrizes institucionais e nos objetivos dos cursos. Dessa forma, observa-se alinhamento com o entendimento da United Nations Global Compact (2021), segundo o qual os cursos de Ciências Contábeis devem promover a conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuir para a formação de profissionais comprometidos com a responsabilidade socioambiental.

No que se refere às disciplinas, a Tabela 4 apresenta aquelas relacionadas à educação para a sustentabilidade ofertadas pelas IFES federais mineiras. São contempladas tanto as disciplinas cujos títulos fazem referência direta ao tema quanto aquelas cujas ementas abordam conteúdos relacionados à sustentabilidade. Também são apresentadas as disciplinas vinculadas às atividades de extensão que tratam dessa temática.

Como pode ser observado na Tabela 4, um número expressivo de disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade é ofertado na modalidade eletiva ou optativa pelas IFES mineiras. Do total de 95 disciplinas identificadas, 59 possuem esse caráter. Ressalta-se que a contagem foi realizada considerando todos os campi analisados. Assim, as disciplinas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) foram contabilizadas em duplicidade, uma vez que a instituição oferta o curso nos campi Santa Mônica e Pontal.

Cho e Costa (2024) e Tridapalli e Elliott (2024) defendem a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), de modo que conteúdos relacionados à sustentabilidade sejam incorporados como componentes curriculares obrigatórios, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a essa formação. Os resultados desta pesquisa corroboram essa preocupação, uma vez que menos de 40% das disciplinas identificadas possuem caráter obrigatório.

Em relação aos blocos de análise, verificou-se que, no Bloco 1, composto por disciplinas cujos títulos fazem referência direta à educação para a sustentabilidade, 40 das 53 disciplinas identificadas são eletivas ou optativas. No Bloco 2, constituído por disciplinas cujas ementas abordam conteúdos relacionados à sustentabilidade, 16 das 33 disciplinas possuem caráter eletivo ou optativo. Já no Bloco 3, correspondente às disciplinas de extensão, três das nove disciplinas identificadas são eletivas ou optativas.

Tabela 4 Disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais.

IES	Código	Disciplina	Classe	Bloco *	Nível **
UFJF Campus Juiz de Fora	FIN066	Ética e legislação profissional	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	FIN045	Contabilidade e Responsabilidade Social Ambiental	Eletiva		
	FIN048	Governança Corporativa	Eletiva		
	UNI015	LIBRAS Instrumental I	Optativa		
	UNI016	LIBRAS Instrumental II	Optativa		
	EDU110	Sistema Braille Grau I de Leitura e Escrita	Optativa	Bloco 2	
	CAD077	Princípios de Administração II	Obrigatória		
	ECO 034	Economia	Obrigatória		
	FIN036	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	Obrigatória		
	FIN071	Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade	Eletiva		
FIN072	Tópicos Avançados em Finanças	Eletiva			
UFJF Campus Governador Valadares	CAD036GV	Inovação Tecnológica e Competitividade	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	FINXXXGV	Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade	Obrigatória		
	FIN050GV	Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	Eletiva		
	FIN042GV	Governança Corporativa	Eletiva		
	EDU088	Língua Brasileira De Sinais - LIBRAS	Eletiva		
	DPR001GV	Instituições de Direito	Obrigatória	Bloco 2	
	FIN006GV	Auditoria	Obrigatória		
	FIN022GV	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	Obrigatória		
	FIN034GV	Trabalho de Conclusão de Curso I	Obrigatória		
	FIN068GV	Consultoria Empresarial	Eletiva		
	ADM025GV	Gestão de Operações I	Eletiva		
	CSO006GV	Política I	Eletiva		
	FINXXXGV (Extensão)	Extensão Universitária: Programas e Projetos 01	Optativa		
FINXXXGV (Extensão)	Extensão Universitária: Programas e Projetos 02	Optativa			
UFMG	CIC068	Contabilidade Social e Ambiental	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	CIC033	Ética Geral e Profissional	Optativa		
	CIC	Governança Corporativa	Optativa		
	LET223	Fundamentos de LIBRAS	Optativa		
	CAD059	Empreendedorismo	Optativa	Bloco 2	
	CIC (Extensão)	Iniciação à Extensão	Optativa	Bloco 3	

Tabela 4 Disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais (*continuação*).

IES	Código	Disciplina	Classe	Bloco *	Nível **
UFSJ	DECIS	Ciências Sociais	Obrigatória	Bloco 1	Nível 3
	DECAC	Contabilidade Social e Ambiental	Obrigatória		
	DECAC	Ética Profissional e Prática Contábil	Obrigatória		
	DELAC	LIBRAS	Optativa		
	DECAC	Governança Corporativa	Optativa	Bloco 2	
	DECAC	Gestão de Pessoas	Obrigatória		
UFU Campus Santa Mônica e Campus Pontal	-	Ética e Responsabilidade Social	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	-	Direitos Humanos	Optativa		
	-	Governança Corporativa	Optativa		
	-	Contabilidade Social e Ambiental	Optativa		
	-	Cultura Afro-brasileira	Optativa		
	LIBRAS01	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS I	Optativa		
GPEO33	Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente	Optativa			
Campus Santa Mônica	(Extensão)	Atividades Curriculares de Extensão V	Obrigatória	Bloco 3	
UFV Campus Viçosa	CCO342	Contabilidade Socioambiental	Optativa	Bloco 1	Nível 1
	CCO346	Governança Corporativa	Optativa		
	CCO363	Governança Pública e Accountability	Optativa		
	EDU193	Ética	Optativa		
	LET290	LIBRAS	Optativa	Bloco 2	
	CIS 214	Sociologia	Obrigatória		
	DIR 130	Instituições de Direito	Obrigatória		
	DIR 131	Legislação Social	Obrigatória		
	CCO 103 (Extensão)	-	Obrigatória	Bloco 3	
	CCO 106 (Extensão)	-	Obrigatória		
	CCO 360 (Extensão)	-	Obrigatória		
	CCO 361 (Extensão)	-	Obrigatória		
UFV Campus Rio Paranaíba	CIC 324	Contabilidade Socioambiental	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	CRP 280	LIBRAS	Optativa		
	NUR 493	Tópicos em Políticas Públicas de Saúde e Cidadania	Optativa		
	CRP 297	Sociologia Geral	Obrigatória	Bloco 2	
	ADE 321	Gestão do Trabalho Humano em Organizações II	Optativa		
	ADE 345	Comportamento Organizacional	Optativa		
	ADE 380	Associativismo e Cooperativismo	Optativa		
	CRP 293	Filosofia da Ciência	Optativa		
	CRP 294	Sociologia Aplicada ao Agronegócio	Optativa		

Tabela 4 Disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais (*continuação*).

IES	Código	Disciplina	Classe	Bloco *	Nível **
UFV Campus Rio Paranaíba	CRP 295	Psicologia	Optativa		
	CRP 296	Instituições de Direito	Obrigatória		
	ADE 320	Gestão do Trabalho Humano em Organizações I	Optativa		
	CRP 299	Dinâmica de Grupo	Optativa		
	CIC 380 (Extensão)	Atividades de Extensão	Obrigatória	Bloco 3	
UFVJM	CON055	Contabilidade Social e Ambiental	Eletiva	Bloco 1	Nível 1
	CON056	Direito Ambiental e Agrário	Eletiva		
	SSO014	Filosofia e Ética	Eletiva		
	CEX134	LIBRAS	Optativa		
	CON106	Contabilidade III	Obrigatória	Bloco 2	
	CON121	Laboratório Contábil	Obrigatória		
	CON118	Auditoria Contábil	Obrigatória		
	CON132	Gestão Pública e Contemporânea	Obrigatória		
	CON057	Direito Internacional Público e Privado	Eletiva		
	ECO 023	Economia Solidária	Eletiva		
UNIFAL	-	Ética e Profissionalismo	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	-	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Eletiva		
	-	Classes e Movimentos Sociais	Eletiva		
	-	Políticas Públicas	Eletiva		
	-	Ciências Sociais	Obrigatória		
	-	Contabilidade Social	Eletiva		

(*) Bloco: 1 - Disciplinas cujos nomes têm relação com a educação para a sustentabilidade, 2 - Disciplinas com conteúdo relativo ao tema nas ementas e 3 - Disciplinas do grupo de extensão.

(**) Nível: No que se refere às disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental, que fazem parte do núcleo da sustentabilidade na área de Ciências Contábeis, tem-se: Nível 1 - nenhuma é obrigatória, Nível 2 - uma é obrigatória e Nível 3 - as duas são obrigatórias.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações dos PPP das universidades.

Observou-se que os PPC da UFSJ e da UNIFAL não contemplam disciplinas de extensão, uma vez que suas versões datam de 2015 e 2018, respectivamente. No Brasil, a curricularização da extensão nos cursos de graduação foi regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Por outro lado, embora o PPC da UFMG seja de 2016, foi identificada disciplina de extensão em sua matriz curricular.

Para cada curso, analisou-se a obrigatoriedade das disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental ou Contabilidade Socioambiental, por serem consideradas centrais para a formação em sustentabilidade na área contábil. Com base nesse critério, os cursos foram classificados em três níveis: Nível 1, quando nenhuma das duas disciplinas é obrigatória; Nível 2, quando apenas uma delas é obrigatória; e Nível 3, quando ambas são obrigatórias.

Em relação a essa classificação, dois cursos foram enquadrados no Nível 1 (UFV – Campus Viçosa e UFVJM), apenas um campus foi classificado no Nível 3 (UFSJ) e os sete campi restantes situaram-se no Nível 2.

Os cursos classificados no Nível 1 não oferecem, de forma obrigatória, as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental, não assegurando, portanto, que todos os estudantes tenham contato com esses conteúdos. Esse resultado reforça as recomendações de Cho e Costa (2024), que defendem maior integração da sustentabilidade aos currículos dos cursos de Contabilidade.

Embora classificada no Nível 2, a UFV – Campus Rio Paranaíba enquadrou-se nessa categoria por oferecer a disciplina Contabilidade Ambiental como obrigatória, sem contemplar a disciplina Ética, nem como obrigatória nem como optativa. Por sua vez, a UNIFAL foi classificada no mesmo nível por tornar obrigatória a disciplina Ética, mas não oferecer Contabilidade Ambiental, nem na modalidade obrigatória nem como disciplina optativa ou eletiva. Considerando a relevância desses conteúdos para a formação contábil voltada à sustentabilidade, sua oferta obrigatória merece ser ampliada.

Esse resultado converge com o estudo de Correa, Ramos e Pinheiro (2025), que identificou a oferta de apenas uma disciplina relacionada à Contabilidade Social e Ambiental nos cursos analisados, indicando que a sustentabilidade ainda não ocupa posição central na formação contábil.

De modo geral, sete dos dez campi analisados encontram-se no Nível 2, evidenciando que ainda há um percurso significativo para a consolidação da educação para a sustentabilidade nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis. Em contrapartida, a UFSJ, classificada no Nível 3, demonstra maior aderência às diretrizes relacionadas à sustentabilidade ao tornar obrigatórias as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental. Esse resultado está em consonância com Abdou e Ammar (2025), que evidenciam que o comportamento sustentável dos estudantes pode ser influenciado pelo nível de conhecimento ao qual são expostos durante sua formação.

Os resultados também indicam que a oferta predominante de disciplinas optativas pode limitar o alcance da educação para a sustentabilidade, uma vez que nem todos os estudantes necessariamente cursarão esses componentes curriculares. Assim, a ampliação da oferta de disciplinas obrigatórias relacionadas ao tema pode contribuir para maior aderência aos marcos normativos que orientam a elaboração dos PPC.

Outro aspecto evidenciado pela análise dos programas das disciplinas refere-se à necessidade de maior aprofundamento na discussão dos impactos socioambientais das atividades econômicas, especialmente em um estado como Minas Gerais, cuja economia possui forte dependência da mineração.

Considerando apenas a extração de minério de ferro, a produção passou de aproximadamente 150 milhões de toneladas, em 2000, para cerca de 400 milhões de toneladas

em 2016, contribuindo significativamente para a geração de divisas para o país (Motta, 2023).

Entretanto, esse segmento também produz impactos socioambientais expressivos, entre eles o agravamento de conflitos sociais (Dietz, 2025; Leal Pacheco et al., 2025; Marques, 2025; Motta, 2023), a deterioração dos recursos hídricos (Almeida et al., 2025; Leal Pacheco et al., 2025; Marques, 2025; Motta, 2023), os riscos associados às barragens (Almeida et al., 2025; Leal Pacheco et al., 2025; Marques, 2025; Motta, 2023) e a degradação dos ecossistemas (Almeida et al., 2025; Dietz, 2025; Leal Pacheco et al., 2025; Marques, 2025; Motta, 2023), entre outros impactos.

De maneira geral, constatou-se que as IFES mineiras procuram promover a educação para a sustentabilidade por meio de conteúdos relacionados ao meio ambiente, ética, direitos humanos, Libras, diversidade, governança corporativa, entre outros temas.

Embora a maior parte das disciplinas relacionadas ao tema seja ofertada na modalidade optativa ou eletiva, conforme apresentado na Tabela 4, identificaram-se diversas disciplinas cujos títulos não fazem referência explícita à sustentabilidade, mas cujas ementas contemplam conteúdos relacionados à temática. Esse resultado evidencia a adoção de uma abordagem interdisciplinar para a educação para a sustentabilidade. Ainda assim, os resultados indicam que há espaço para ampliar e aprofundar essa formação, em consonância com as crescentes demandas socioambientais da sociedade contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, em relação aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), grande parte dos cursos analisados oferta disciplinas relacionadas à sustentabilidade. Entretanto, observa-se que a maioria desses componentes curriculares é disponibilizada na modalidade optativa ou eletiva. De modo geral, os cursos buscam promover a educação para a sustentabilidade tanto por meio de disciplinas específicas quanto pela abordagem interdisciplinar de conteúdos relacionados ao tema.

No que se refere às disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade, foram identificados 95 componentes curriculares nos cursos das IFES mineiras analisadas, dos quais 59 são ofertados nas modalidades eletiva ou optativa.

Quanto às disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental ou Contabilidade Socioambiental, consideradas integrantes do núcleo da sustentabilidade na formação em Ciências Contábeis, verificou-se que sete campi ofertam pelo menos uma delas de forma obrigatória. Apenas a UFSJ disponibiliza ambas as disciplinas como componentes curriculares obrigatórios. Além disso, dois cursos ofertam essas disciplinas exclusivamente na modalidade optativa, indicando que ainda há necessidade de maior comprometimento das IFES federais mineiras com a consolidação da educação para a sustentabilidade na formação contábil.

Destaca-se que, diante da atual crise ecológica global, torna-se relevante que os programas das disciplinas de formação profissional contemplem conteúdos relacionados aos efeitos socioambientais das atividades econômicas. Essa recomendação assume especial importância no contexto de Minas Gerais, considerando a relevância econômica da mineração para o estado e, simultaneamente, seus impactos ambientais e sociais.

Conclui-se que as IES federais de Minas Gerais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis aderem ao arcabouço normativo relacionado à sustentabilidade, porém ainda há um longo percurso a ser percorrido. Apesar de as sete IES oferecerem as disciplinas consideradas centrais para a educação para a sustentabilidade, elas são disponibilizadas na modalidade optativa, o que pode limitar seu alcance na formação dos estudantes e, conseqüentemente, sua repercussão na sociedade. Tal fato é preocupante, dada a gravidade das agressões antropogênicas, o desequilíbrio dos processos do Sistema Terra e a necessidade urgente de ação.

REFERÊNCIAS

Abdou, Y., & Ammar, N. (2025). Hands-on sustainability: Designing an engaging undergraduate sustainable business course. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 26(2), 278–294. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2023-0300>

Almeida, P., Torres, A., Gomes, M., Caffarena, E., Jesus, H., Pereira, P., Pereira dos Santos, K., Vieira, C. E. D., Zebral, Y. D., Martins, C., Bianchini, A., & Santos, H. (2025). Long-term impact of the largest environmental disaster in Latin America (Fundão Dam Failure) on microbial communities in lakes of the Doce River Basin, Brazil. *Environmental Microbiology*, 27, e70171. <https://doi.org/10.1111/1462-2920.70171>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barrett, F. J., & Duns, R. (2022). Organizational implications of Pope Francis' integral ecology. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 59(2), 262–287. <https://doi.org/10.1177/00218863221107692>

Braga, I. L., Sinay, M. C. F. de, & Duarte, A. L. F. (2024). Panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira. *REUNIR Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 13(4), 1–17. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i4.1123>

Cho, C. H., & Costa, E. (2024). Sustainability accounting education: Challenges and outlook. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(7), 1412–1425. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2024-0152>

Correa, D. L. dos S., Ramos, J. da S., & Pinheiro, A. C. S. L. (2025). Sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis: Um estudo a partir dos currículos da UNEMAT. *Revista Gestão, Tecnologia e Ciências – GETEC*, 24, 138–154.

Dietz, K. (2025). Transições energéticas globais e extrativismo verde. In M. Lang, B. Bringel, & M. A. Manahan (Orgs.), *Capitalismo verde: Geopolítica e transições ecossociais* (pp. 49–65). Elefante.

Ferreira, C. D., Silva, E. G. C., & Crispim, G. (2023). Inserção do tema sustentabilidade na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis a partir dos parâmetros dos ODS. *Ambiente & Educação*, 28(2), 1–29. <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v28i2.15279>

Fianko, S. K., Amoah, N., Addo, A., Agyemang, K., Gbadago, F. Y., Adjaye-Gyamfi, O., Agbemava, E., Agropah, F., Zaglago, L., Atiase, D. D., & Nooni, I. K. (2025). IFRS S1 and S2 implementation readiness in emerging markets: A multi-dimensional assessment framework and market readiness index. *Journal of Financial Reporting and Accounting*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1108/JFRA-12-2024-0921>

IFRS. (2023a). *IFRS S1 general requirements for disclosure of sustainability-related financial information*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>

IFRS. (2023b). *IFRS S2 climate-related disclosures*. IFRS. <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures/>

Isenmann, R., Landwehr-Zloch, S., & Zinn, S. (2020). Morphological box for ESD – Landmark for universities implementing education for sustainable development (ESD). *The International Journal of Management Education*, 18(1), 100360. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2019.100360>

Leal Filho, W., Kim, E., Palau-Salvador, G., Aránguiz-Mesías, P., Oyedele, S., Molera, L., Semitiel-García, M., Ruiz-de-Maya, S., Moradi, A., & Trevisan, L. V. (2025). Climate justice: The contribution of higher education institutions. *Discover Sustainability*, 6, 278. <https://doi.org/10.1007/s43621-025-01090-3>

Leal Filho, W., Trevisan, L. V., Sivapalan, S., Mazhar, M., Kounani, A., Mbah, M. F., Abubakar, I. R., Matandirotya, N. R., Dinis, M. A. P., Borsari, B., & Abzug, R. (2025). Assessing the impacts of sustainability teaching at higher education institutions. *Discover Sustainability*, 6, 227. <https://doi.org/10.1007/s43621-025-01024-z>

Leal Pacheco, F. A., Pissarra, T. C. T., Valera, C. A., Melo, M. C. de, & Fernandes, L. F. S. (2025). Tailings dam failures in Brazil: River contamination, ecosystem recovery, and institutional responses to the Mariana and Brumadinho disasters. *Current Opinion in Environmental Science & Health*, 47, 100654. <https://doi.org/10.1016/j.coesh.2025.100654>

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. (1999). *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

Leite, F. S., Souza, I. N. D., & Costa, J. S. F. (2023). Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma análise da adesão da UFS às diretrizes propostas pela A3P. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, 11(2), 86–98.

Marques, L. (2023). *O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência*. Elefante.

Marques, L. (2025). *Ecocídio: Por uma (agri)cultura da vida*. Expressão Popular.

Ministério da Educação. (2021). *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior: Cadastro e-MEC*. <http://emec.mec.gov.br>

Motta, F. M. (2023). Struggles against mining in Brazil: Framing disputes and tensions in civil society. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 36, 367–384. <https://doi.org/10.1007/s10767-023-09451-4>

Nascimento, Y. S. do, Queiroz, J. M., & Carmo, L. M. do. (2025). Accountant training & sustainability. *Revista Científica ANAP Brasil*, 18(44). <https://doi.org/10.17271/19843240184420255898>

Nnam, I. J., Eneh, S. N., Ozoji, A. P., Nwekwo, M. N., Udefi, G. N., Okobo, M. M., & Chukwunwike, O. D. (2025). Integrating sustainability in accounting curricular of higher education institutions: Analyzing universities in an emerging economy. *Sustainability*, 17(13), 5763. <https://doi.org/10.3390/su17135763>

Planetary Boundaries Science. (2025). *Planetary Health Check 2025: A scientific assessment of the state of the planet*. Potsdam Institute for Climate Impact Research. <https://doi.org/10.48485/pik.2025.017>

Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. (2024). *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado*. Ministério da Educação. https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. (2012). *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Ministério da Educação. https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. (2018). *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências*. Ministério da Educação. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

Tridapalli, C. W., & Elliott, O. (2024). Business professors' behavior toward incorporating sustainability in the classroom – A theory of planned behavior perspective. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(4), 784–800. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-05-2023-0210>

UNESCO. (2005). *Década da educação das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável 2005–2014: Documento final do esquema internacional de implementação*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por/PDF/139937por.pdf.multi

UNESCO. (2021). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por

United Nations Global Compact. (2021). *Principles for responsible management education*. United Nations Global Compact. <https://www.unglobalcompact.org/take-action/action/management-education>

Universidade Federal de Juiz de Fora. (2022). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2022–2027*. <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>

Universidade Federal de Juiz de Fora. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis: Campus Juiz de Fora*. https://www2.ufjf.br/cienciascontabeis/wp-content/uploads/sites/176/2023/05/PPC-CC_2022_1112_Versao_Final_Curriculariza%C3%A7%C3%A3o-Extens%C3%A3o-2022.pdf

Universidade Federal de Juiz de Fora. (2022). *Projeto Pedagógico Curricular de Ciências Contábeis: Campus Governador Valadares*. https://www2.ufjf.br/contabeisgv/wp-content/uploads/sites/497/2023/04/PPC_2023.pdf

Universidade Federal de Minas Gerais. (2018). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018–2023*. <https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2023/04/PDI-2018-2023.pdf>

Universidade Federal de Minas Gerais. (2016). *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*.

Universidade Federal de Minas Gerais. (2024). *Ementas*. <https://docs.face.ufmg.br/public/colegiados-ciencias-contabeis-ementas>

Universidade Federal de São João del-Rei. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2023*. <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/PDI%202019-2023.pdf>

Universidade Federal de São João del-Rei. (2015). *Projeto Pedagógico para o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis*. https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cocic/Res014Conep2015_PPCCienciasContabeis_Anexo_versao_aprovada_CONEP_03_06_2015.pdf

Universidade Federal de Uberlândia. (2022). *Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE da Universidade Federal de Uberlândia 2022–2027*. https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php

Universidade Federal de Uberlândia. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis: Campus Santa Mônica*. http://www.facic.ufu.br/system/files/conteudo/projeto_pedagogico_final_0.pdf

Universidade Federal de Uberlândia. (2024). *Documentos*. <http://www.facic.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/atividades-academicas-facic-integral-20212>

Universidade Federal de Uberlândia. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis: Campus Pontal*. http://www.faces.ufu.br/system/files/conteudo/projetopedagogico_reformulado_ciencias_contabeis_4_diligencia_versao_final_1.pdf

Universidade Federal de Viçosa. (2018). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018–2023*. <https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2023/08/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>

Universidade Federal de Viçosa. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis: Campus Viçosa*. https://cco.ufv.br/wp-content/uploads/2023/03/PPC_Atualizacao.pdf

Universidade Federal de Viçosa. (2019). *Catálogo da graduação 2019*. http://www.catalogo.ufv.br/matriz.php?campus=vicosa&complemento=*&curso=CCO&ano=2019

Universidade Federal de Viçosa. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis: Campus Rio Paranaíba*. https://drive.google.com/file/d/1bhjP2yTdsG7250clM-Aip5NZA_kP6z5E/view

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2017–2021*. <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2017-2021/view>

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (2019). *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. <http://ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html>

Universidade Federal de Alfenas. (2020). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2025 UNIFAL-MG*. https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2024/06/PDI_revisado.pdf

Universidade Federal de Alfenas. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis – Bacharelado*. <https://academico.unifal-mg.edu.br/sitecurso/arquivositecurso.php?arquivold=125>